

395 Parlamentares desdenham acusação

SCHEILA BERNADETE

O Congresso demonstrou estar solidário com o presidente Itamar Franco, de acordo com as manifestações de ontem. Parlamentares da situação e da oposição foram quase unânimes na defesa do Presidente da República, através do repúdio às denúncias do ex-presidente Fernando Collor. Itamar Franco foi acusado de ter recebido cheques emitidos por "fantasmas" do esquema de corrupção do governo anterior, para financiar a campanha presidencial em Minas Gerais, na qual era candidato a vice. "Não me parece que isto seja verdade. Imagino, sim, como uma armação de Collor para sensibilizar os ministros do Supremo", afirmou o deputado José Dirceu, do PT paulista, um dos maiores críticos da administração de Itamar.

Também o deputado José Genoino (PT-SP) mudou o discurso habitual. "As denúncias são sintomáticas, pois só neste momento é que está sendo levantada a questão do cheque de Itamar", observou. Ele foi acompanhado pelo deputado Chico Vigilante (PT-DF): "Se realmente existe o cheque, que os acusadores provem logo e não fiquem fazendo ameaças. O que Itamar, o País e o Congresso não podem é fi-

car à mercê de corruptos". "As acusações contra o Presidente não se constituem em dúvidas sobre sua honestidade e permanência no Governo", emendou o presidente do PPR, senador Esperidião Amin.

O argumento de Amin foi aproveitado pelo líder do Governo na Câmara, deputado Roberto Freire, um dos que mais pressionaram pelo afastamento do ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, devido às denúncias de participação na máfia do Orçamento: "A remessa de recursos pode ter sido lícita". O raciocínio de Freire está baseado na CPI do PC, que levou ao impeachment de Collor. "A comissão não investigou a movimentação dos recursos de campanha e o impedimento do ex-presidente deveu-se ao crime de responsabilidade, que nada tem a ver com doações para a campanha eleitoral", justificou.

"Delírio" — O deputado Raul Bólem (PP-MG), amigo antigo do presidente Itamar, que também participou da campanha eleitoral de 1989, em Minas, classificou como um "delírio", as insinuações. "Quem conhece Itamar Franco sabe que ele chega a ser até intolerante com assuntos de dinheiro", defendeu.

"Em nenhum momento, o Presidente cogitou pedir recursos e se-

quer mencionou gastos", ressaltou o deputado Edmar Moreira — ex-PRN, atualmente no PP mineiro —, que participou ativamente da campanha de Collor. Segundo o deputado, ele nunca soube que o secretário particular do Presidente e atual diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil, Geraldo Faria, tenha recebido recursos destinados à campanha da chapa de Collor e Itamar. "Mas, se isto realmente aconteceu, o Geraldo é muito organizado e saberá responder oportunamente a questão", analisou.

"Apesar de ser considerado honesto e probo, o presidente Itamar tem que esclarecer imediatamente as denúncias", exigiu o deputado Maurício Calixto (PFL-RO), respaldado pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ): "Antes de se revoltar com Collor, Itamar e o ex-presidente eram companheiros de chapa e, portanto, eleitos com os mesmos recursos".

"Natural" — "Isto é natural, ou seja, Itamar recebeu recursos para a campanha, já que era vice de Collor. Também acredito que Itamar não sabia da origem do dinheiro e, portanto, não tem qualquer culpa", respondeu o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PR).